

## MIGRAÇÃO DE TRABALHADORES NORDESTINOS A PARAUAPEBAS

**André Santos de Souza<sup>1</sup> – Universidade Federal do Pará (UFPA)**

andrepuma@bol.com.br

**Farid Eid<sup>2</sup> – Universidade Federal do Pará (UFPA)**

Prof.pesquisador@hotmail.com

### RESUMO

Este artigo tem o objetivo de apresentar e discutir as relações de produção e trabalho carregadas a partir da migração de nordestinos rumo ao município de Parauapebas, no sudeste do Estado do Pará, os quais compõem significativamente pelo menos 70 mil atores sociais na dinâmica do território em questão, 60% deles como mão de obra em potencial. É possível entender como diferentes concepções de desenvolvimento na região e para a região amazônica, que historicamente é alvo de cobiça e marcada por conflitos, culminam na produção e na circulação do processo de acumulação capitalista, sem as quais haveria uma lacuna no elo entre as diversas instâncias que propiciam a migração de trabalhadores nordestinos em busca de emprego e de melhores condições de vida e seus respectivos papéis na divisão social e territorial do trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estado. Território. Migração. Trabalho. Parauapebas.

### INTRODUÇÃO

Um tema complexo e, ao mesmo tempo, fundamental para a compreensão da sociedade amazônica diz respeito à presença do Estado na Amazônia. Esse assunto remonta aos idos do “descobrimento” do Brasil por Portugal e, não obstante a essa etapa da história nacional, não há período que possa ser comparado com o vivenciado durante os governos militares, no que tange à ocupação de tão vasta porção do território. A saber, o território é a base do Estado.

No entendimento de Becker (1990), a ocupação amazônica torna-se prioridade máxima após o Golpe de 1964, quando, fundamentado na doutrina de segurança nacional, o objetivo do governo militar é implantar um projeto de

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA).

<sup>2</sup> Doutor em Economia e Gestão pela Université Picardie Jules Verne.

modernização, acelerando uma radical reestruturação do país, incluindo a redistribuição territorial de investimento de mão de obra, sob forte controle social.

Todavia, ainda no governo de Getúlio Vargas foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). E no de Juscelino Kubitschek tem início o processo de unificação dos mercados nacionais com a construção das rodovias Brasília-Acre e Belém-Brasília. Ainda assim, é na década de 1970 que o Estado nacional assume de fato a iniciativa de ocupação. Logo, para sintetizar, o que se entende como ocupação da Amazônia tem origem no Regime Militar, mas sua fase embrionária se dá em governos anteriores.

No que diz respeito especificamente à ocupação do município de Parauapebas, no sudeste<sup>3</sup> do Pará, a dinâmica da mobilidade socioterritorial é o cerne deste artigo e centro da análise que aqui se processará. O município em questão mostra-se um verdadeiro recorte da influência de grandes projetos do Estado para a Amazônia e é marcado por ser notável polo de atração, fora do Sudeste e do Distrito Federal, de trabalhadores nordestinos.

A trajetória da dinâmica territorial na região em que se insere Parauapebas tem início em fins do século XIX e é marcada por contínuos movimentos migratórios, a partir de frentes diversas de ocupação da região e ou deslocamento de mão de obra em função do que se convencionou denominar “ciclos econômicos”. Por isso, também marcam Parauapebas a migração sazonal e a presença de população flutuante. Além disso, continuam a chegar migrantes de outras regiões e provenientes do deslocamento intrarregional. Um exemplo é a migração de maranhenses em busca de trabalho nos projetos de mineração sediados no município.

Segundo Silva (2006), o recorte temporal (1968-1988), no caso do sudeste paraense, é o período da ocorrência das migrações que “ocuparam” decisivamente o território regional. Ou seja, o período das transformações de grande impacto na realidade local ocorridas desde o final da década de 1960, com relevância nas décadas de 1970 e 1980 e, ainda assim, com desdobramentos nos dias atuais. Após

---

<sup>3</sup> A denominação de região sudeste do Pará segue a delimitação geográfica estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para fazer referência a um espaço que, no contexto da denominada fronteira amazônica, possui várias características históricas e culturais comuns.

esse período, que, inclusive, coincide com a emancipação de Parauapebas, em 10 de maio de 1988, a sede municipal cresce incontidamente, vira lugar de trânsito e de moradia de inúmeros migrantes.

## **ESTADO E ESTRATÉGIAS: SOCIALISMO E CAPITALISMO**

Dentro das considerações de Estado e, sobretudo, do desenlace de sua presença na Amazônia, vemos em Habert (1996) o estardalhaço causado pelo Regime Militar em que obras chamadas faraônicas, como a construção da Transamazônica e a ponte Rio-Niterói, emergiram. Segundo ela, esses feitos assumiram dimensões estratégicas, políticas e sociais, inserindo-se na euforia do “milagre econômico”, que levava a acreditar que “até o ano 2000 o Brasil seria elevado à categoria de grande potência Mundial” (HABERT, 1996, p. 13).

Um bocado desse surto de otimismo sustentava-se na expansão do sistema capitalista baseada, por sua vez, na exploração da classe trabalhadora, na consolidação do grande capital nacional e internacional e na entrada maciça de capitais estrangeiros na forma de investimentos e de empréstimos.

Santos (2002) simplifica conceitos, criando novos, de maneira a didatizar as ideias intrínsecas e ocultas na concepção de Estado. Em suas proposições, diz que a teoria da dependência foi (e é ainda) uma tentativa de compreender o atraso nacional, do ponto de vista da expansão do sistema capitalista mundial.

Nesse sistema, o centro imperialista e a periferia (dependente e subdesenvolvida) fazem parte de uma unidade histórica. Não é possível compreender um sem o outro. A escravidão, a economia mineira, a economia latifundiária exportadora, do nosso lado, são a base da acumulação primitiva capitalista – o tráfico de escravos que enriqueceu a Inglaterra; a riqueza dos metais preciosos que transformou a Europa numa potência mundial; o acesso à agricultura tropical que viabilizou a alimentação europeia; as matérias-primas para a revolução industrial, entre outros (SANTOS, 2010).

Na teoria do sistema-mundo, reestuda-se a formação do capitalismo contemporâneo desde esse ponto de vista global. Na contemporaneidade, essa teoria revisa, conforme o autor, toda a história, superando o eurocentrismo – isto é, a

criação de uma falsa história universal vista da perspectiva da região mais atrasada do mundo até o século XV – a Europa central e do norte.

De acordo com Santos (2002), a Revolução Russa abalou profundamente a teoria marxista ao introduzir um processo de transição ao socialismo na parte mais atrasada da Europa. Marx havia concentrado sua visão do socialismo como um processo pós-capitalista, mas a experiência dos países capitalistas centrais permitiu permanente recuperação do capital ao explorar a economia mundial sob o imperialismo.

Em muitos aspectos, na Inglaterra e nos Estados Unidos, ou mesmo no Japão, o movimento operário e as forças políticas de esquerda introduziram relações sociais, desenvolvimento cultural, processos democráticos muito mais próximos do socialismo que as regiões mais atrasadas que optaram por uma transição planejada ao socialismo (SANTOS, 2010).

No contexto de América Latina, Boron (1999) salienta o descompasso entre o processo de abertura democrática em que viviam os países do continente e a crise da democracia, no chamado capitalismo metropolitano, onde a ofensiva neoliberal, os processos de reestruturação produtiva e de o de globalização já estavam em curso:

*(...) a direção e o ritmo de nosso movimento histórico parecem não sincronizar com os do capitalismo metropolitano. O problema é que a recuperação democrática da nossa região tropeça com um mercado mundial cujos centros dominantes se tornaram mais cépticos acerca das virtudes da democracia em seus próprios países e bastante indiferentes – quando não dissimuladamente hostis – diante das tentativas de instituí-la nas sociedades dependentes. (...) Nossas democracias, portanto, devem ser 'funcionais' às políticas de ajuste estrutural e à recomposição selvagem do capitalismo (BORON, 1999, p. 24).*

Em Bhabha (2003), a crítica pós-colonial é testemunha das forças desiguais e irregulares de representação cultural envolvidas na competição pela autoridade política e social dentro da ordem do mundo moderno. Segundo o autor, as perspectivas pós-coloniais emergem do testemunho colonial dos países do Terceiro Mundo e dos discursos das “minorias” dentro das divisões geopolíticas de Leste e Oeste, Norte e Sul.

Elas intervêm naqueles discursos ideológicos da modernidade que tentam conferir normalidade hegemônica ao desenvolvimento irregular e às histórias diferenciadas de nações, raças, comunidades, povos, bem como “formulam suas revisões críticas em torno de questões de diferença cultural, autoridade social e discriminação política a fim de revelar os momentos antagônicos no interior das ‘racionalizações’ da modernidade” (BHABHA, 2003, p. 239).

## **ESTADO, DINÂMICA, MIGRAÇÃO E TRABALHO EM PARAUAPEBAS**

Em Picoli (2006), é abordada a dinâmica social dos grupos econômicos que, em sucessivas migrações, partem rumo à Amazônia à procura de trabalho ou da expansão de seus negócios. Tal processo migratório, que vem desde 1946, segmenta-se da seguinte forma: de 1946 a 1964, com o Estado direcionando recursos para valorizar o capital na região (“integrar para não entregar”); de 1964 a 1985, com a política de “integração nacional” para organizar os projetos agropecuários e o comércio; de 1985 a 1994, com a política de integração das reservas ambientais idealizadas pelo programa “nossa natureza”; 1995 até os dias atuais, com a sua internacionalização para a extração dos recursos florestais e minerais.

*Até a década de 1970, contudo, o plano de integração da Amazônia desenhado pelos militares não sugeria a integração com as regiões amazônicas dos outros Estados. O plano do integrar para não entregar visava a integração da Amazônia às dinâmicas econômicas e sociais de outras regiões do Brasil como forma de impor na floresta a mesma soberania e modelo econômico que o governo brasileiro já exercia sobre outras porções do território nacional (PICOLI, 2006, p. 5).*

Na segunda etapa, são identificados os atores que fazem a história da Amazônia brasileira – as vítimas da expansão capitalista – e a forma como foi realizada a expropriação dos povos originários, dos posseiros, dos garimpeiros e da força de trabalho, e a destruição dos ecossistemas do Pantanal, do Cerrado e da Floresta Amazônica.

Picoli não se esquece de apresentar o perfil dos empresários madeireiros, que coordenam e fazem a acumulação de capital nesse setor. Ele faz uma

radiografia das madeiras e sua representação econômica no comércio nacional e internacional, proporcionada pela extração predatória dos recursos naturais da floresta tropical. E, por último, aborda o conceito de exército industrial de reserva e as formas de exploração da mão de obra na região.

Acerca, particularmente da Amazônia, no íterim do exemplo anterior, nos anos 60 as baterias da artilharia capitalista se voltaram, mais uma vez, para uma nova tentativa de internacionalização da região. Desta feita, foi um projeto do Instituto Hudson, cognominado “Projeto dos Grandes Lagos ou Plano do Mar Mediterrâneo Amazônico”. Segundo Neto (2001), “imensas extensões da Amazônia brasileira e colombiana seriam cobertas pelas águas de sete lagos [quatro no Brasil e três na Colômbia] (...) o objetivo proposto era o de ligar os lagos por meio de uma hidrovía interior com saída para o Pacífico, à semelhança do Canal do Panamá”, e com isso sacrificando as riquezas minerais e impedindo o crescimento do país.

O Brasil respondeu, em 1970, com o projeto Radam (Radar da Amazônia), que objetivava levantar as características geológicas, geomorfológicas, de solo, hidrografia e vegetação da Amazônia e, quase três décadas depois, com o conturbado Projeto Sivam, que é o sistema de vigilância aérea da Amazônia. Em 1978, foi criado o Pacto Amazônico ou Tratado de Cooperação Amazônico, que abrangia também regiões com características semelhantes as da Amazônia, como o Suriname e as Guianas. Este projeto culminou no atual Calha Norte, implantado em 1986, no governo Sarney (MATOS, 1991).

Controlar as terras na Amazônia é um velho sonho de muitos países, mas nenhum tem maior ambição que os Estados Unidos. Os norte-americanos herdaram dos ingleses o espírito de piratas, de saqueadores, mas com uma perícia e tecnologias que os ingleses nunca possuíram. Um exemplo é o projeto de extração de manganês da Serra do Navio, no Amapá, capitaneado pela empresa brasileira Icomi e pela norte-americana Bethlehem Steel. A esse respeito, Leal (1993, p. 20) diz: “O Amapá não se redimiou. Apenas perdeu todo o manganês que tinha, e apresenta um dos mais expressivos índices regionais de miséria”.

Essas e outras são tentativas de desenvolvimento e ocupação forçados que, não raro, fizeram marchar à Amazônia milhões de migrantes, sobretudo nordestinos, e que também redundaram em problemas sociais e ambientais sérios, os quais se

agravaram ao longo de décadas. Isso porque, até a primeira metade do século passado, a região era compreendida como obstáculo ou barreira à ocupação humana, conforme demonstram os discursos oficiais produzidos pelos planejadores regionais do país sob o comando direto do ideário da integração nacional. Tal percepção da região se modificou a partir de então. Becker (1982) a esse respeito denota:

*Modifica-se a percepção da Amazônia, que assume posição-chave frente às prioridades políticas de ordem interna e externa. No plano interno, a integração regional é vista como capaz de promover o equilíbrio geopolítico, oferecendo uma solução conjunta para os problemas de tensão demográfica da periferia deprimida e de continuidade de crescimento do 'centro'. O desvio das correntes migratórias do Nordeste para a Amazônia não só aliviaria a periferia deprimida como o próprio 'centro', já saturado com o êxodo rural. Simultaneamente, abrir-se-iam para o centro perspectivas de novos investimentos e mobilização de recursos (BECKER, 1982, p. 63).*

Esse mesmo desvio das correntes migratórias, do Nordeste rumo à Amazônia, como bem referenciado pela autora mencionada, é o que se tem verificado em Parauapebas, município do sudeste do Estado do Pará considerado um dos mais dinâmicos economicamente de toda a região amazônica. Sua classificação na regionalização socioeconômica<sup>4</sup> dos municípios brasileiros, proposta por Garcia, Soares Filho & Sawyer (2004), é de micropolo regional – na verdade, um dos 48 da Amazônia, entre 775 municípios da região (IBGE, 2012). Conforme análise dos três autores mencionados, Parauapebas é marcado por uma corrente migratória intensa em decorrência da indústria da mineração.

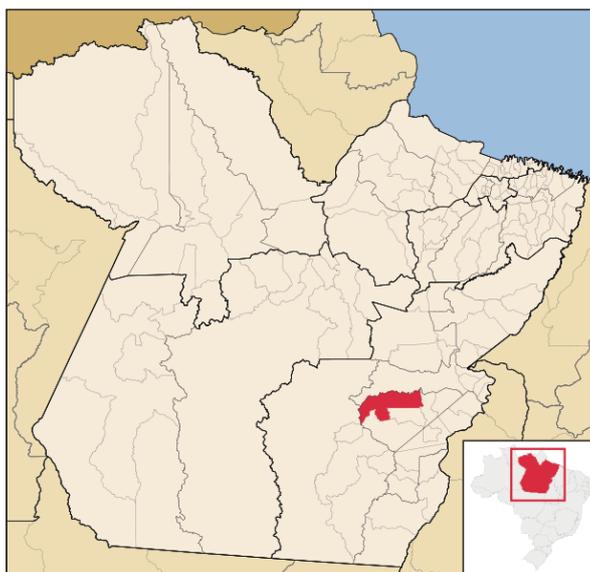
O crescimento demográfico do município em questão se associa às transformações provocadas no espaço regional amazônico em decorrência da atuação do poder estatal, cuja preocupação precípua se voltou à modernização da região de maneira a articulá-la ao cenário produtivo nacional e mundial. Tavares (2007) comenta:

---

<sup>4</sup> Expressão utilizada originalmente por Ricardo Alexandrino GARCIA, Britaldo Silveira SOARES FILHO e Diana Oya SAWYER no artigo “Dimensões Socioeconômicas e Movimentos Populacionais: Uma Regionalização da Amazônia Brasileira”, apresentado no 14º Encontro Nacional de Estudos Populacionais (Abep), realizado em Caxambu (MG), em 2004.

*As mudanças ocorridas no padrão de organização do espaço amazônico, decorrentes da estruturação do território contribuíram para a redefinição da rede urbana paraense. O advento dos eixos rodoviários configurou-se como elemento estruturador, exercendo forte impacto nas dinâmicas de muitas cidades ribeirinhas até então não conectadas por rede rodoviária (TAVARES, 2007, p. 163).*

Por meio da construção de rodovias e ferrovias, a implantação das redes de integração espacial constituiu importante elo para a articulação do sudeste paraense às demais regiões do país. Soma-se a isso o papel dos projetos minero-metalúrgicos difundidos a partir de Parauapebas e comandados pelo capital estrangeiro, sobretudo, em função da atuação da então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), hoje Vale S.A., por meio do Programa Grande Carajás (PGC), este o qual foi responsável – ainda que indiretamente – pela emancipação do município e por transformá-lo em a “Meca” de migrantes atraídos pelas oportunidades vultosas de trabalho nas minas de Carajás, localizadas em Parauapebas (**Figuras 1**).



**Figura 1:** Localização do município de Parauapebas no Pará (Fonte: Skyscraper, 2011)

As cidades do entorno, seguindo à risca uma tendência que já vinha sendo verificada na Amazônia, funcionavam como lugares de passagem para a população rural migrante até seu deslocamento definitivo dentro da região ou para algum centro de maior porte – sendo Parauapebas o centro de procura imediato.

Um segundo elemento característico da dinâmica territorial amazônica que apresenta implicações diretas na reestruturação das relações produtivas em Parauapebas diz respeito à mudança na estrutura do trabalho e do povoamento. Trindade Júnior (1998) há algum tempo já tinha notado as mudanças que, inicialmente, foram sutis até se acentuarem:

*Trata-se de um processo de perda de importância de Belém em face à expansão da fronteira econômica no interior e ao crescimento de pequenas e médias cidades fora da sua órbita. (...) As cidades ligadas à mineração, indústria madeireira, à siderurgia ou construção civil têm experimentado um novo dinamismo, alterando a rede urbana regional, seja através da multiplicação de novos núcleos populacionais, planejados ou não, seja pela redefinição de antigos núcleos urbanos que se alçam à categoria de verdadeiros centros regionais (TRINDADE JÚNIOR, 1998, p. 74).*

No acréscimo de Lefebvre (1999), as áreas de expressivo potencial econômico constituem lugares privilegiados que passam cada vez mais a abrigar a concentração de pessoas, mercadorias, transportes e serviços em geral. Esta concentração é solidária do processo da dinâmica territorial que encontra na cidade o ponto principal para a sua realização. Acerca desta questão, o autor comenta:

*A cidade atrai para si tudo o que nasce da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza criações (...) cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade, isto é, sem relações (LEFEBVRE, 1999, p. 111).*

Para Santos (1993), e em se tratando do contexto amazônico, verifica-se que a transformação das últimas décadas é que há em curso no país uma verdadeira difusão do trabalho intelectual imposta pela nova divisão territorial do trabalho:

*Há um movimento histórico no qual a construção ou reconstrução do espaço se dará com um crescente conteúdo de ciência, de técnicas e informação (...) Em consequência, aparecem mudanças importantes, de um lado, na composição técnica do território pelos aportes maciços de investimentos em infraestruturas, e, de outro lado, na composição orgânica do território, graças à cibernética, às biotecnologias, às novas químicas, à informática e à eletrônica (SANTOS, 1993, p. 35-37).*

Portanto, está na divisão territorial do trabalho – que representa a espacialização e a especialização da produção – a possibilidade de acompanhar a transformação e a dinâmica do território, e nela, o movimento migratório que ascende como mão de obra. Essa divisão cria uma hierarquia de lugares movidos pela racionalidade do capital e pela maximização dos lucros. As escolhas de espaços com vantagens locais em detrimento de outros, desta forma, geram até mesmo uma divisão interurbana do trabalho. E, no caso de Parauapebas, isso é latente, tendo em vista que os municípios maranhenses são responsáveis pela geração de mão de obra para atender os grandes empreendimentos mineradores instalados no Pará.

Apesar das oportunidades anunciadas, as mesmas que conduzem os migrantes nordestinos a Parauapebas, existem fatores que atrapalham ocupá-las. A tecnologização do trabalho e o déficit na formação da mão de obra qualificada são os maiores inimigos da força bruta de trabalho. Embora tenham sido anunciados 30 mil postos nas minas de Parauapebas e região, no período de 2010 a 2014, a especialização do trabalho muda a dinâmica das relações produtivas e sociais dos espaços onde se dá. Essa perspectiva é analisada por Sposito (2001):

*As novas estratégias espaciais das empresas, organizadas segundo novas formas de armazenamento e distribuição de bens, sobretudo os de origem do mercado industrial, como as estratégias do mercado atacadista. (...) reforçam, também, o papel das cidades médias, ou porque elas são beneficiadas pela dinâmica de deslocalização das atividades produtivas industriais, ou porque são polos intermediários para o armazenamento e distribuição desses produtos, gerando relações econômicas em escala que ultrapassam o regional, que combinam áreas e eixos, e continuidade com descontinuidade territorial. (...) As cidades de porte médio não-metropolitanas tornam-se propícias para receber capitais industriais nacionais e estrangeiros, ampliando a oferta de emprego, sobretudo os mais qualificados, tendo em vista a tendência contemporânea de informatização e automação da produção industrial e dos serviços que lhe dão apoio (SPOSITO, 2001, p. 636).*

Em termos econômicos, houve crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de Parauapebas e do Estado no Pará como um todo, no período de 2002 a 2010. No entanto, a riqueza municipal cresceu quase mil por cento, ao passo que a estadual,

cerca de 200% no mesmo intervalo temporal. A indústria da mineração sozinha, responsável pelo chamariz de migrantes ao município, ampliou sua participação no PIB local de R\$ 1,111 bilhão para R\$ 13,744 bilhões no período e puxou positivamente todos os demais setores econômicos (IBGE, 2012e).

Numa comparação de menor intervalo de tempo, vê-se que Parauapebas tinha PIB de R\$ 5.634.290.615,10 em 2009 e passou a R\$ 15.918.216.385,30 em 2010. Em um ano, a riqueza municipal cresceu 180% e quase triplicou – um feito não apurado em nenhum dos demais municípios contados pelo IBGE com mais de 100 mil habitantes. No mesmo passo, o PIB *per capita* municipal avançou de R\$ 28.641 para R\$ 103.403,99 (IBGE, 2012e).

Parauapebas é mais rico que 13 capitais brasileiras (Florianópolis, Campo Grande, Cuiabá, Teresina, Maceió, Natal, João Pessoa, Aracaju, Porto Velho, Macapá, Rio Branco, Palmas e Boa Vista) e, ainda, que três estados (Acre, Amapá e Roraima), estando praticamente empatado com o Tocantins. Seu PIB equivale a US\$ 7.959.108.192,65 (dólar médio de 2012), o que lhe permite ser, também, mais rico que 71 países do globo, de um total de 206 – o que é muito na comparação entre um simples município “versus” nações.

A propósito, o PIB *per capita* municipal, de R\$ 103.403,99 (ou US\$ 51.702), é superior ao de 197 países. Se o município fosse um país, seria o nono nesse quesito, atrás apenas de Luxemburgo (US\$ 113.533), Catar (US\$ 98.329), Noruega (US\$ 97.255), Suíça (US\$ 81.161), Emirados Árabes Unidos (US\$ 67.008), Austrália (US\$ 65.477), Dinamarca (US\$ 59.928) e Suécia (US\$ 56.956). Nem mesmo potências como os Estados Unidos (US\$ 48.387), Japão (US\$ 45.920), França (US\$ 44.008), Alemanha (US\$ 43.742) ou China (US\$ 5.414) teriam, teoricamente, tanto poder *per capita*.

Todavia, sabe-se que esse valor está longe de ser equitativo. Mesmo porque o PIB per capita calculado pelo IBGE diverge da renda per capita discriminada pelo próprio instituto para Parauapebas no ano de 2010. De acordo com o órgão, em 2010, a população economicamente ativa recebia, em média, R\$ 1.217,92, sendo que existiam 71.569 pessoas nessa condição, segundo o Censo 2010 (IBGE, 2012a). Mesmo entre aqueles economicamente ativos e trabalhando, o valor da renda média mensal não é elevada no comparativo com o PIB per capita, embora a

renda per capita média da população ocupada de Parauapebas (R\$ 1.371,16) seja mais alta que a do Pará (R\$ 1.045,77), porém menor que a do país (R\$ 1.475,37).

No que concerne à dinâmica da migração, os números dos censos demográficos oficiais do IBGE confirmam a evolução da população forânea no piso municipal. No Censo 2000, dos 71.568 habitantes de Parauapebas, apenas 28.785 eram paraenses. Ou seja, menos da metade (precisamente 40,22%) era nascida em Parauapebas ou em municípios do Pará. A grande maioria da população parauapebense tinha origem nordestina (45,64%), e desta, 33,94% eram maranhenses; 4,34% eram piauienses; e 3,08% eram cearenses.

No ano 2000, dos 42.783 forâneos de outros estados em Parauapebas, a metade (ou 21.233 pessoas) não tinha dez anos de residência no município e era composta, em sua maioria por pessoas do sexo masculino, com mais de 18 anos de idade (IBGE, 2000). Tal fato se deve à potencialização da economia mineral no município que, na década de 1990, transformou radicalmente o território de Parauapebas, fazendo emergir uma indústria mineral em franca expansão e que até hoje continua a atrair mão de obra masculina migrante.

Mais recentemente, o IBGE (2010)<sup>5</sup> contou no Censo 2010 um total de 86.045 pessoas (55,91% da população) não naturais do Pará vivendo em Parauapebas. A população do município era 153.908 habitantes, mas apenas 41.672 cidadãos (27,08%) eram naturais dele. Ao todo, 112.236 pessoas (72,92%) não eram naturais de Parauapebas (86.045 pessoas eram de outros estados e 26.191 habitantes eram de outros lugares do Pará), conforme a **Tabela 1**.

**Tabela 1:** Fluxo migratório em Parauapebas, conforme o Censo 2010

<b>MIGRAÇÃO EM PARAUAPEBAS</b>		
<b>População total</b>	<b>153.908</b>	<b>%</b>
<b>Naturais do município</b>	41.672	27,08
<b>Não naturais do município</b>	<b>112.236</b>	<b>72,92</b>
<b>Naturais da unidade da federação</b>	67.863	44,09
<b>Não naturais da unidade da federação</b>	<b>86.045</b>	<b>55,91</b>

Fonte: IBGE, 2012b – Elaboração do Autor.

<sup>5</sup> No dia 30 de agosto deste ano, o IBGE divulgou os números preliminares da Estimativa da População 2012, segundo a qual o município de Parauapebas possui população de 166.342 habitantes (IBGE, 2012d).

Das mais de 86 mil pessoas que escolheram o município em questão como destino até 2010, a maioria (60%) era do sexo masculino, o que acentua a sua vocação como centro dinâmico de relações de trabalho na província mineral de Carajás, para a qual os homens são os mais recrutados e, potencialmente, 80% da mão de obra.

Na investigação do Censo 2010, descobriu-se que em Parauapebas a população nordestina chegava a 67.906 habitantes (44,12%), sendo que apenas a concentração de maranhenses é de 54.359 pessoas (35,32%); portanto, maior que a população natural do município. Também é expressiva a presença de piauienses, com 3,69% de participação na população; de cearenses, que, apesar de diminuído a presença, representam 1,95% dos habitantes; e de baianos, 1,64%. São consideráveis também – embora não sejam nordestinas – as populações de goianos (3,1%), tocantinenses (2,66%) e mineiros (2,22%).

Se apenas a população maranhense de Parauapebas fosse um município em particular, ela seria o 30º município mais populoso do Estado do Pará, atrás de Monte Alegre (55.462 habitantes) e à frente de Acará (53.569); e o 20º do Maranhão, entre Grajaú (57.457) e Barreirinhas (54.327). No Brasil, excetuando-se 19 municípios do Estado do Maranhão, apenas Brasília (119.995), São Paulo (56.461) e Teresina (56.349) têm população de maranhenses superior à de Parauapebas, segundo o Censo 2010.

O curioso é como a dinâmica do trabalho dita o tempo de permanência dos migrantes, os quais diariamente, saídos particularmente do Maranhão, aportam no município à procura de emprego (SEMAS, 2011). Em 2010, dos 86.045 migrantes de outros estados, 39.737 (46,18%) estavam em Parauapebas havia mais de dez anos; 13.730 (15,96%) moravam lá entre seis e nove anos; 14.831 (17,24%); 11.860 (13,78%) fixaram residência no município com um ou dois anos de estadia; e o mais incrível: em menos de um ano, no período investigado pelo IBGE, 5.887 pessoas tomaram o rumo de Parauapebas, a maioria delas do sexo masculino e com mais de 18 anos de idade – sendo, portanto, mão de obra em potencial.

**Tabela 2:** Migrantes não paraenses em Parauapebas por tempo de permanência

<b>Tempo ininterrupto de residência na Unidade da Federação</b>	<b>Pessoas não naturais da Unidade da Federação (Pessoas)</b>	<b>Pessoas não naturais da Unidade da Federação (Percentual)</b>
<b>Total</b>	86.045	100,00
<b>Menos de 1 ano</b>	5.887	6,84
<b>1 a 2 anos</b>	11.860	13,78
<b>3 a 5 anos</b>	14.831	17,24
<b>6 a 9 anos</b>	13.730	15,96
<b>10 anos ou mais</b>	39.737	46,18

Fonte: IBGE, 2012b – Elaboração do Autor.

Isso fica claro na narrativa do repórter Gustavo Poloni, enviado especial do Portal IG para fazer reportagem sobre o fenômeno demográfico em que se transformara Parauapebas:

*A fama de Eldorado (país lendário e cheio de riquezas que existiria na América do Sul) ainda atrai muita gente para Parauapebas. Ninguém sabe ao certo quantas pessoas desembarcam na cidade, mas entre os moradores é comum ouvir que esse número esteja perto de três mil pessoas ao mês. Uma parte deles chega de trem. Três vezes por semana, o trem para 1,1 mil pessoas sai de São Luís, no Maranhão, percorre 892 quilômetros e passa por 25 cidades e povoados antes de chegar a Parauapebas. A bordo, pessoas vindas de várias partes do Nordeste, principalmente do Maranhão, que buscam emprego e, principalmente, uma vida melhor. Numa segunda-feira de abril, José Augusto Serra desembarcou na cidade com uma mochila nas costas e pouco dinheiro no bolso. Não sabia onde passaria a primeira noite, mas já tinha programa para o dia seguinte. “Amanhã cedo saio em busca de trabalho”, disse Serra (POLONI, 2010).*

Ainda conforme o autor da reportagem “À sombra da Vale, cidade cresce mais do que a China”, antes mesmo de ser emancipado, o município de Parauapebas já tinha relação de dependência com a mineradora Vale, a mesma que levou ao município o PGC, nos tempos de quando ainda era estatal. A província mineral de Carajás foi descoberta em 31 de julho de 1967, por acidente, pelo geólogo Breno Augusto dos Santos. Ele sobrevoava a região quando o helicóptero teve de fazer um pouso de emergência numa clareira. A própria história de migração e de relações de trabalho intensas que nos dias atuais é verificada em Parauapebas tem início por um migrante (o geólogo, do sudeste do país) e por relações dinâmicas de trabalho (ele sobrevoava a região a trabalho pela Vale).

Para abrigar tanta gente que desembarca no município à procura de trabalho e de uma esperança de vida melhor, será preciso construir pelo menos 50 mil casas (SEMAS, 2011). De olho nesse filão, foram lançados dois bairros planejados na cidade. Um deles é voltado para os migrantes. Dos oito mil terrenos colocados à venda desde 2009, todos foram vendidos.

Para além desse fenômeno de atração de mão de obra, Santos (1993) apresenta outras tendências da dinâmica no território no Brasil, que perfeitamente pode ser aplicável à Amazônia, como o crescimento do mercado potencial de trabalho originado nas intensas migrações, mas conjugado com a deficiência na oferta de empregos ou de mão de obra qualificada, o que já é percebido em Parauapebas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inúmeras ações de apoio ou de embargo a projetos de espoliação que a Amazônia enfrentou ou enfrenta foram desenvolvidas à revelia da população local, a quem toca, diretamente, todas as causas e consequências de uma ou outra atitude. Resta apenas a uma população inculta acomodar-se ao desenvolvimento que lhe é imposto e decidido por dirigentes políticos e empresários nacionais e internacionais – a classe dominante.

São muitos os exemplos disso; basta haver vista aos projetos já extintos e alguns que ainda estão em andamento na região. Para solucionar essas e outras questões, apenas uma educação bem estruturada e uma reflexão detida com proposta prática, aliada à ética na política nacional. Ou seja, a reestruturação total e completa do Estado e seu aparelhamento na Amazônia. Como disse Andrade no final da introdução de seu *Amazônia: A Esfinge do Terceiro Milênio*, “ainda é tempo de aprendermos a ocupar a grande Amazônia, para que não seja uma simples dúvida como herança para os que a ocuparão no decorrer do terceiro milênio” (ANDRADE, 1981, p. 38).

Por outro lado, estudiosos como Becker vão além de uma política pura e simples de ocupação. Para ela, “se a Amazônia é efetivamente uma região, então há que se substituir a política de ocupação por uma política de consolidação do

desenvolvimento”; para tanto, “é necessário articular os diferentes projetos e os diversos interesses e conflitos que incidem na região” (BECKER, 1982, p. 83).

Na análise da centralidade das relações produtivas e de trabalho assumida por Parauapebas e alimentada pelos migrantes nordestinos, principais atores do processo, juntamente com as empresas capitalistas e a mineração, verifica-se que a consolidação de desenvolvimento indicada por Becker não é plena. Isso porque, não obstante o município ser tido como “eldorado”, exatamente por deter uma das maiores províncias minerais do globo em seu território, os empregos anunciados e que atraem como ímã a população migrante estão exigindo cada vez mais qualificação por parte dos candidatos, e estes, não tendo, acabam por avolumar as estatísticas de desemprego, subemprego, marginalização e outros problemas sociais (ABRAMOVAY, 2000).

Diante da análise realizada, é possível concluir que Parauapebas tem se nutrido de redes de informação, tecnologia, serviços, ideologia e presença política que asseguram a produção e a circulação da acumulação capitalista, sem as quais haveria uma lacuna no elo entre as diversas instâncias que propiciam a migração de trabalhadores nordestinos em busca de emprego e de melhores condições de vida e seus respectivos papéis na divisão social e territorial do trabalho.

## REFERÊNCIAS DE CONSULTA

ABRAMOVAY, R. **O Capital Social dos Territórios**: Repensando o Desenvolvimento Rural. Revista Economia Aplicada, v. 4, n. 2, p. 1-15, abril-junho, 2000.

ANDRADE, M. **Amazônia**: A Esfinge do Terceiro Milênio. Manaus: Metro Cúbico, 1981.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 14724: **Informação e Documentação**: Trabalhos Acadêmicos: Rio de Janeiro, 2011.

BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia**: A Nova Fronteira de Recursos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1982.

BHABHA, H. K. **O Local da Cultura**. Tradução: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis & Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

BORON, A. A. **Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GARCIA, R. A.; SOARES FILHO, B. S.; SAWYER, D. O. **Dimensões Socioeconômicas e Movimentos Populacionais: Uma Regionalização da Amazônia Brasileira**. Artigo apresentado no 14º Encontro Nacional de Estudos Populacionais (Abep), realizado em Caxambú (MG), em 2004. Caxambu: UFMG, 2004.

HABERT, N. **A Década de 70: Apogeu e Crise da Ditadura Militar Brasileira**. 3a. ed. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1996.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Amostra – Nupcialidade, Fecundidade e Migração: Censo Demográfico 2010**. Divulgação de resultados em 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. (a)

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Amostra – Trabalho e Rendimento: Censo Demográfico 2010**. Divulgação de resultados em 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. (b)

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Censo Demográfico 2010 e Contagem da População: Amostra – Resultados Gerais**. Divulgação de resultados em 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. (c)

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Estimativa da População 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. (d)

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Produto Interno Bruto dos Municípios (1999-2010)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. (e)

LEAL, A. L. **Uma Sinopse Histórica da Amazônia**. São Paulo: Mimeog, 1993.

LEFEBVRE, H. **Lógica Formal e Lógica Dialética**. 6a. edição. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

MATOS, A. M. **Amazônia e Outros Estudos**. Belém: Cejup, 1991.

MUNK, L. & SOUZA, R. B. **Desenvolvimento Sustentável ou Modernização Ecológica?** Uma Análise Exploratória. Artigo acadêmico. Londrina: UEL, 2010.

NETO, M. S. **Amazônia: O Grande Desafio**. Brasília, 2001

- NUNES, S. P.; SCHLESINGER, S. **A Soja na Agricultura Familiar**. In: CARNEIRO, M. S. A Agricultura Familiar da Soja no Rio Grande do Sul e o Monocultivo no Maranhão: Duas Faces do Cultivo da Soja no Brasil. Rio de Janeiro: Fase, 2008.
- PEREIRA, J. C. M. **Importância e Significado das Cidades Médias na Amazônia: Uma Abordagem a partir de Santarém (PA)**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável. Belém: Naea-UFPA, 2004.
- PICOLI, F. **O Capital e a Devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- POLONI, G. **À Sombra da Vale, Cidade Cresce Mais do que a China**. Reportagem de 12/05/2010, do Portal IG, Caderno Economia. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/a-sombra-da-vale-cidade-cresce-mais-do-que-a-china/n1237616610128.html>>. Acesso em 30/09/2012.
- SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, T. **Entrevista a Ricardo Rabelo**. Maio de 2010. Portal Bafafá. Rio de Janeiro. Disponível em: <[http://www.bafafa.com.br/site.php?area=lerMaterias&codigo=3101&cod\\_secao=6&pagina=1&titulo=Theotonio%20dos%20Santos](http://www.bafafa.com.br/site.php?area=lerMaterias&codigo=3101&cod_secao=6&pagina=1&titulo=Theotonio%20dos%20Santos)> Acesso em 21/04/2012.
- SANTOS, T. **O Papel do Estado em Um Mundo Globalizado**. Artigo da Série Textos para Discussão. Rio de Janeiro: Gremimt, UFF, 2002.
- SEMAS (SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL). **Relatório de Trabalho de Assistência Social do Município de Parauapebas**. Parauapebas: PMP, 2011.
- SILVA, I. S. **Migração e Cultura no Sudeste do Pará: Marabá (1968-1988)**. Dissertação de Mestrado em História. Goiânia: UFG, 2006.
- SPOSITO, M. E. B. **As Cidades Médias e os Contextos Econômicos Contemporâneos**. In: Urbanização e Cidades. Perspectivas Geográficas. São Paulo: Gaspar-Edusp, 2001.
- TAVARES, M. G. C. **A Formação Territorial do Espaço Paraense: Dos Fortes à criação de Municípios**. Boa Vista: Acta Geográfica, 2007.
- TRINDADE JR., S. C. C. **Faces da Urbanização na Fronteira: A Dinâmica Metropolitana de Belém no Contexto da Urbanização Amazônica**. In: Experimental. n. 4-5, 1998.